LÍNGUA PORTUGUESA

Escrevi uma carta aos meus concidadãos, pedindo-lhes que me dissessem francamente o que consideravam que fosse política, e dispensando-os de citar Aristóteles, Maquiavelli, Spencer, Comte. [...] Não tardou que o correio começasse a entregar-me as respostas; e, como eu não pagava o porte, reconheci que há neste mundo uma infinidade de filhos de Deus ou do diabo que os carregue, que estão à espreita de um simples pretexto para comunicar as suas ideias, ainda à custa dos vinténs magros.

Não publico todas as definições recebidas, porque a vida é curta, *vita brevis*. Faço, porém, uma escolha rigorosa, e dou algumas das principais. (...) Uma das cartas dizia simplesmente que a política é tirar o chapéu às pessoas mais velhas. Outra afirmava que a política é a obrigação de não meter o dedo no nariz.

Outra, que é, estando à mesa, não enxugar os beiços no guardanapo da vizinha, nem na ponta da toalha. Um secretário de club dançante jura que a política é dar excelência às moças, e não lhes pôr alcunhas. Segundo um morador da Tijuca, a política é agradecer com um sorriso animador ao amigo que nos paga a passagem.

Muitas cartas são tão longas e difusas, que quase se não pode extratar nada. Citarei dessas a de um barbeiro, que define a política como a arte de lhe pagarem as barbas, e a de um boticário para quem a verdadeira política é não comprar nada na botica da esquina. Um sectário de Comte (viver às claras) afirma que a política é berrar nos bonds, quer se trate dos negócios da gente, quer dos estranhos.

Não entendi algumas cartas. A letra de outras é ilegível. Outras repetem-se. Cinco ou seis dão, como suas, opiniões achadas nos livros. Note-se que, em todo esse montão de cartas, não há uma só de deputado ou senador, contudo escrevi a todos eles pedindo uma definição.

*Machado de Assis. Balas de estalo. In: **Obra completa**, vol. 3, Rio de Janeiro: Aguilar, 1973, p. 468-9 (com adaptações).*

Em relação às ideias e estruturas linguísticas do texto, julgue os itens de 1 a 8.

1. Infere-se das informações apresentadas, no texto, em relação às respostas reveladas nas cartas, que, segundo a percepção do autor, a população é bem-informada e domina com percuciência o conceito de política.

2. A palavra "concidadãos" (l. 1), formada com o prefixo latino "con-", que significa junto, diz respeito a habitantes de mesma cidadania.

3. Por terem como referente a palavra "concidadãos" (l. 1), os pronomes empregados em "pedindo-lhes" (l. 2) e "dispensando-os" (l. 3) poderiam ser intercambiados, sem prejuízo para os sentidos e a correção gramatical do texto.

4. O segmento "como eu não pagava o porte" (l. 6) contribui para o entendimento do significado da expressão "ainda à custa dos vinténs magros" (l. 10).

5. A colocação pronominal no português do Brasil é variável, por isso, em "quase se não pode extratar nada" (l. 24), estaria gramaticalmente correta qualquer uma destas opções: quase não se pode extratar nada ou quase não pode-se extratar nada.

6. Embora se identifiquem segmentos descritivos, como no trecho em que é apresentado o conteúdo das cartas, predomina, no texto, a estrutura narrativa, com o relato de acontecimentos no decorrer de determinado tempo.

7. O termo "contudo" (l. 35-36) estabelece entre as orações do período relação sintática adversativa, por isso, poderia ser corretamente substituído por qualquer um dos seguintes vocábulos: entretanto, todavia, no entanto, porém, embora, conquanto.

8. A palavra "extratar" (l. 24) é empregada, no texto, com o significado de ampliar, transcender, acrescentar.

A Constituição prevê a preservação do patrimônio cultural brasileiro, destacando como objetos protegidos os bens que compõem a história e a identidade do país. Já a Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011) determina que órgãos públicos assegurem a proteção da informação, garantindo sua disponibilidade, autenticidade e integridade.

A Câmara, por sua vez, instituiu sua própria política de preservação. Um ato da Mesa (49/2012) estabelece as diretrizes para garantir essa conservação. Segundo o diretor-geral da Câmara, a Casa tem um compromisso com a sociedade quando se trata de patrimônio cultural. "A preservação cultural é também a preservação da nossa história. E a Câmara tem esse compromisso por possuir, em seus edifícios, tanto da história do país e de Brasília", afirmou durante palestra sobre o tema.

Internet: <www2.camara.gov.br> (com adaptações).

Com base nas ideias e estruturas linguísticas do texto, julgue os próximos itens.

9. No texto, as palavras "preservação" (l. 9) e "conservação" (l. 10) são empregadas com sentido equivalente, portanto, as informações do período seriam mantidas se uma ocupasse o lugar da outra.

10. A estrutura linguística do texto seria prejudicada caso se substituísse o ponto final após "cultural" (l. 13) por sinal de dois-pontos, e a vírgula após "Brasília" (l. 16), por ponto final, eliminando-se o trecho subsequente.

11. A forma verbal "compõem" (l. 3) está no plural porque concorda com o sujeito da oração antecedente – "objetos" (l. 2).

12. A vírgula após "disponibilidade" (l. 7) é empregada para separar termos de mesma função dispostos em enumeração.

13. Estaria gramaticalmente correta a seguinte reescrita do trecho "informação [...] integridade" (l. 6-7): informação e garantam sua disponibilidade, autenticidade e integridade.

A Câmara lançou a campanha Arte por toda a Casa — este patrimônio também é seu, para preservação dos seus bens culturais, formados por pinturas, painéis, esculturas, móveis, livros raros, fotografias, documentos históricos e pela própria arquitetura do Congresso Nacional. As obras, muitas de artistas renomados, estão espalhadas por todo o edifício. Somente as peças do acervo de museu, como quadros e objetos, somam cerca de 1.400 peças, que muitas vezes passam despercebidas por quem circula diariamente pelos corredores da Casa.

Agora, a Coordenação de Preservação de Bens Culturais (COBEC), juntamente com outros órgãos, quer conscientizar servidores efetivos, secretários parlamentares, funcionários terceirizados e visitantes da importância de cuidar desse material. Uma pesquisa feita pela COBEC com 400 entrevistados constatou que 70% deles não reconheciam o patrimônio cultural da Câmara.

"Esse desconhecimento leva a problemas no manuseio, na limpeza e no transporte dos objetos. Todos são responsáveis pela conservação", ressaltou a chefe do Serviço de Preservação.

Até o fim do ano, será realizada uma série de palestras educativas para os servidores. Também serão distribuídas cartilhas informativas para funcionários e visitantes, que totalizam mais de 200 mil por ano.

Internet: <www2.camara.gov.br> (com adaptações).

Com base na leitura do texto acima, julgue os itens seguintes.

14. A expressão "desse material" (l. 16) constitui recurso de coesão por substituição, pois retoma de forma sintética diversos elementos citados em trechos antecedentes do texto.

15. Infere-se das informações do texto que, quando a pesquisa foi feita, apenas 30% das pessoas entrevistadas tinham consciência do valor patrimonial, cultural e histórico dos objetos de arte, dos documentos e da arquitetura que compõem o acervo de bens culturais da Câmara Federal.

16. A seleção da palavra "Casa" (l. 2) para compor o título da campanha, referindo-se à Câmara Federal, tem como função tornar a instituição mais próxima dos destinatários da mensagem principal da campanha.

17. De acordo com a organização das informações do texto, na linha 3, o pronome "seus", empregado como recurso de coesão, refere-se ao antecedente "patrimônio".

18. O segmento "muitas de artistas renomados" (l. 6-7) está entre vírgulas porque constitui uma oração que restringe o termo antecedente.

19. Ao se substituir a expressão "quem circula" (l. 10-11) por aqueles que circulam, a informação original seria alterada e a correção gramatical do período, prejudicada.

"Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação." [...] Escrito há 80 anos, o enunciado do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova continua tão atual quanto em 1932. Então, como agora, o país se dava conta da necessidade de contar com recursos humanos capazes de ombrear com os do mundo desenvolvido. Em 2012, porém, o quadro se apresenta mais complexo. Disputando mercados com economias globalizadas das quais faz parte, o Brasil tem pressa. A competitividade nacional bate no teto da capacitação da mão de obra. Não se pode esperar, por exemplo, que um soldador melhore o produto em menos tempo sem que tenha adquirido conhecimento para o salto qualitativo. Vale lembrar que cérebros não se compram em supermercado. Formam-se. A caminhada exige não menos de uma geração.

Há oito décadas, educadores que pensaram o Brasil traçaram as diretrizes para o ensino de qualidade. A orientação incluiu, obrigatoriamente, aulas em tempo integral, qualificação de professores e infraestrutura adequada. Nada de excepcional. [...] Talvez não seja excesso de otimismo afirmar que ainda há tempo de recuperar o tempo perdido. [...] Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Cecília Meireles traçaram, no manifesto, o caminho a ser seguido. O futuro, vale lembrar, chegou. É agora.

Correio Braziliense, Editorial, 28.08.2012 (com adaptações).

Em relação às ideias e estruturas linguísticas do texto, julgue os itens que se seguem.

20. Na expressão "Então, como agora" (l. 5), o termo "Então" confere ao segmento uma relação sintática de conclusão.

21. Em "com os do mundo desenvolvido" (l. 7), identifica-se elipse da expressão "recursos humanos" (l. 6).

22. Infere-se das informações do texto que, em 1932, os estudiosos da educação já haviam identificado adequadamente os problemas educacionais, que permanecem os mesmos até hoje, e suas soluções: aulas em tempo integral, qualificação dos professores, capacitação de mão de obra e infraestrutura adequada.

23. Sendo a ideia desenvolvida no texto a de que a qualificação profissional deve ser buscada continuamente pelos próprios profissionais, depreende-se que o pronome "se", em "Formam-se" (l. 15), indica a reflexividade da ação verbal.

24. Predomina, no texto, a estrutura narrativa em relação a um documento produzido no passado.

25. Mantém-se a correção gramatical do primeiro período ao se considerar a forma verbal "sobreleva" como transitiva direta, com a seguinte reescrita: nenhum sobreleva em importância e gravidade o da educação.

O Sr. Deputado Penido censurou a Câmara por lhe ter rejeitado duas emendas: — uma que mandava fazer desconto aos deputados que não comparecessem às sessões; outra que reduzia a importância do subsídio.

Respeito as cãs do distinto mineiro, mas permita-me que lhe diga: a censura recai sobre S. Ex.ª não só uma, como duas censuras. A primeira emenda é descabida. S. Ex.ª naturalmente ouviu dizer que aos deputados franceses são descontados os dias em que não comparecem; e, precipitadamente, pelo vezo de tudo copiarmos do estrangeiro, quis logo introduzir no regimento da nossa Câmara esta cláusula exótica. Não advertiu S. Ex.ª, que esse desconto é lógico e possível num país onde os jantares para cinco pessoas contam cinco croquetes, cinco figos e cinco fatias de queijo. A França, com todas as suas magnificências, é um país frugal. A economia ali é mais do que sentimento ou um costume, mais que um vício, é uma espécie de pé torto, que as crianças trazem do útero de suas mães.

A livre, jovem e rica América não deve empregar tais processos, que estariam em desacordo com um certo sentimento estético e político. [...] Demais, subsídio não é vencimento no sentido ordinário: *pro labore*. É um modo de suprir às necessidades do representante, para que ele, durante o tempo em que trata dos negócios públicos, tenha a subsistência afiançada. O fato de não ir à Câmara não quer dizer que não trata dos negócios públicos; em casa pode fazer longos trabalhos e investigações.

Será por andar algumas vezes na Rua do Ouvidor, ou algures? Mas quem ignora que o pensamento, obra secreta do cérebro, pode estar em ação em qualquer que seja o lugar do homem?

A mais bela freguesa dos nossos armarinhos não pode impedir que eu, olhando para ela, resolva um problema de matemáticas. Arquimedes fez uma descoberta estando no banho.

Machado de Assis. Balas de estalo. In: **Obra completa**, *volume 3, Aguilar, 1973, p. 416 (com adaptações).*

Em relação às ideias e estruturas linguísticas do texto, julgue os itens de 26 a 32.

26. Na expressão "Respeito as cãs do distinto mineiro" (l. 5), a palavra "cãs", cujo significado literal é cabelos brancos, está empregada em sentido figurado, pois é um detalhe que faz referência à idade avançada do deputado mineiro.

27. Em "pelo vezo de tudo copiarmos" (l. 10-11), a palavra "vezo" é empregada com o significado de desvio, erro.

28. Em "por lhe ter rejeitado" (l. 1-2), o pronome "lhe" corresponde à expressão a ele.

29. O emprego do sinal indicativo de crase em "às sessões" (l. 3-4) justifica-se porque a palavra "desconto" exige complemento regido pela preposição "a" e "sessões" está antecedida de artigo definido feminino.

30. Estariam prejudicadas a correção gramatical e as informações do período caso o verbo "suprir" (l. 24), empregado como transitivo indireto, fosse utilizado como transitivo direto: suprir as necessidades do representante.

31. São irônicas as explicações dadas pelo narrador para o fato de os deputados brasileiros não comparecerem à Câmara, subentendendo-se que ele defende a presença deles na Câmara.

32. O exemplo da França caracteriza a moderação, a sobriedade nos costumes, principalmente alimentares.

Postos da Polícia Rodoviária Federal poderão ter ambulâncias e paramédicos para atendimento às vítimas de acidentes durante 24 horas por dia. É o que propõe o Projeto de Lei n. 3.111/2012. Pela proposta, os postos que distam mais de vinte quilômetros de centros urbanos deverão ter ambulâncias e pessoal treinado para prestar socorro.

Segundo dados do Departamento da Polícia Rodoviária Federal, de janeiro a novembro de 2011, foram registrados mais de 170 mil acidentes nas rodovias federais do Brasil, sendo 57 mil com feridos e 6 mil com vítimas fatais. O assessor nacional de comunicação da Polícia Rodoviária Federal lembrou que a presteza no atendimento, muitas vezes, faz a diferença entre a vida e a morte. "Nós sabemos que existe uma regra chamada 'a hora de ouro'. Se uma vítima politraumatizada dá entrada em um hospital em até uma hora após o acidente, a chance de sobrevida aumenta em até 80%."

A Polícia Rodoviária Federal fiscaliza mais de 61 mil quilômetros de rodovias e estradas federais e conta com 400 postos de fiscalização e 150 delegacias.

Internet: <www2.camara.gov.br> (com adaptações).

Em relação às ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens subsecutivos.

33. Se o segmento "que distam mais de vinte quilômetros de centros urbanos" (l. 5-6) estivesse isolado por vírgulas, o sentido das informações do período permaneceria inalterado.

34. A substituição de "foram registrados" (l. 9-10) por registraram-se prejudica a correção gramatical do período e altera suas informações originais.

35. Mantêm-se as informações originais do período ao se substituir a palavra "presteza" (l. 13) por celeridade.

36. Após o período que se encerra à linha 7, seria coerente e coeso inserir o seguinte trecho, no mesmo parágrafo: O presidente da ONG Trânsito Amigo considera importante o projeto, mas lembra que a Polícia Rodoviária Federal tem um déficit muito grande de agentes e viaturas. Para ele, o melhor seria investir em UTIs móveis.

37. Prejudica-se a correção gramatical do texto ao se substituir o ponto final após "morte" (l. 15) por sinal de dois-pontos.

38. Na linha 5, "proposta" está empregada como elemento de coesão lexical, em substituição a "o que propõe o Projeto de Lei n. 3.111/2012" (l. 4).

Depois de seis anos em vigor no país, a Lei Nacional Antidrogas (Lei n. 11.343/2006) está sendo revista na Câmara. O novo texto está sendo elaborado com o objetivo de garantir que as ações governamentais sejam mais efetivas e o de corrigir as falhas e omissões da legislação em vigor. Entre as alterações previstas, está o aumento da tributação de drogas lícitas, como cigarro e álcool, e a determinação de obrigações a serem cumpridas pelos gestores públicos, sob pena de serem responsabilizados conforme a Lei da Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/1992). Desde 2006, ano em que a nova política federal de enfrentamento às drogas entrou em vigor, noventa e sete projetos de lei sobre o tema foram apresentados na Câmara, quarenta e oito só do ano passado para cá. As sugestões foram debatidas em 2011 por uma comissão especial, que, ao final, apresentou onze projetos de 16 lei e várias recomendações ao governo federal. Agora, outra nova comissão especial concentra todas as sugestões em uma nova proposta de lei antidrogas: o Projeto de Lei 19 n. 7.663/2010.

O texto traz treze mudanças consideradas relevantes diante da legislação atual. As propostas estão sendo debatidas em cinco eixos principais: prevenção, tratamento, recuperação,acolhimento e reinserção social.

Internet: <www2.camara.gov.br> (com adaptações).

Com base nas estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

39. Mantém a correção gramatical do texto a seguinte reescrita para o período compreendido entre as linhas 3 e 6: O novo texto está sendo elaborado com o objetivo de garantir mais efetividade às ações governamentais e correção das falhas e omissões da legislação em vigor.

40. Depreende-se das informações do texto que uma mesma comissão especial, formada pelos mesmos parlamentares, atua nos debates das leis antidrogas desde 2006 até os dias de hoje

LÍNGUA INGLESA E ESPANHOLA

In order for young people to do better in school, it helps if they actually are in school. Schools basically have two options when it comes to fighting chronic truancy. There's the positive approach, in which students are rewarded with iPads, sneakers, gift cards, and other incentives merely for showing up at school. Then there's the flip side, in which s tudents and parents are penalized for unexcused absences. In the past, parents have been sentenced to jail time for failing to get their children to school. Prosecutor have also suggested jail time as a penalty for missing parent-teacher conferences. Now there's a school system in the news because its superintendent plans on fining families $ 75 for each day a student skips school.

In New Britain, Connecticut, a new superintendent of schools named Kelt Cooper wants to end high truancy rates among public school students, and he's proposing monetary penalties to get the job done. A plan to fine students $ 75 per skipped school day is now being considered by New Britain council members.

The concept of fining kids for skipping school may come as a shock, but it's not new. In Ohio, the guardians responsible for a student guilty of habitual truancy can be fined up to $ 500 and/or be required to perform up to 70 hours of community service. Untilrecently, students in Los Angeles could be hit with a $ 250 penalty for each count of truancy; in early 2012 the law was amended and the expensive fines were removed, though a $ 20 penalty may still be handed out for the third offense.

Internet: <http://moneyland.time.com> (adapted).

Based on the text above, judge the following items.

41. There are schools which award students iPads if they never miss a day during a school year.

42. Years ago students could be sent to prison if they skipped classes.

43. Some lawyers have considered the possibility of sending parents to prison if they missed meetings with teachers.

44. Kelt Cooper's proposal resulted in a debate about fining truancy in a city of the state of Connecticut.

45. The novelty of fining students who play truant is shocking to most people in the USA.

46. A student in Los Angeles may be fined $ 250 for each day he skips classes.

47. The article admits there are two ways of dealing with the problem of truancy.

Parking in New York sends you to ecstasy or rips your heart out. Which is to say, it's a natural continuation of family life. Most of the time it is joyous. Joy is an odd word to use in connection with parking, but some of my happiest moments have come in connection with finding a good parking space. Often enough, though, it is terrible — so it feels like an even balance, and for this reason, parking the car is always an occasion of great suspense.

Take one recent evening, a Wednesday: we arrived in our neighborhood at the end of an ambitious expedition, our bedtime schedule long lost. There had been a truly fantastic sunset that we witnessed coming down the Henry Hudson Parkway, but our pleasure was diminished by the fact that the baby was asleep in the car. It was after 8 P. M. He would need to be woken and bathed.

The only question was if Evangeline — five years old — might still get to bed at a somewhat reasonable hour.

The answer lay with the fate of the parking.

We approached our block, our building. A tremor of hope that a miracle would occur moved through my wife and me, battling despair as the alternative scenario. I asked her the usual question, like the riddle of the Sphinx: "Do you want to get out with the kids or do you want to drive around with me looking for a spot?"

She doesn't find this choice easy. I don't blame her. In this sense I have it easy — I will park the car. It is a necessity. She is an excellent driver but this parking duty feels fatherly, hunter-gatherer, stoic.

Internet: <www.newyorker.com> (adapted).

Based on the text above, judge the following items.

48. For the author, parking in New York is an occasion of great suspense because it is always a terrible experience.

49. In the episode narrated, there were only three people in the car.

50. The couple's feelings as they get near home are expressed as a struggle between hope and discouragement.

51. The author believes his wife's option to go home with the kids or stay in the car and help him find a spot is a difficult choice.

52. The author mocks his wife's driving skills.

53. The writer believes that family life is somewhat similar to parking in New York.

Texto para los ítems de 54 a 66

Dios para después de un secuestro

El desplome político y el aislamiento personal de la exsenadora franco-colombiana Ingrid Betancourt se fraguaron hace cuatro años, cuando cometió la torpeza de reclamar al Estado colombiano más de cinco millones de euros por las supuestas responsabilidades oficiales en su secuestro por las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC). La querellante, que estudia teología y griego antiguo en Oxford y reflexiona sobre la condición humana, recobró la libertad, vendió millones de libros y productores de campanillas quieren una película, pero Betancourt perdió el cariño de la mayoría de sus compatriotas, incapaces de entender su sablazo al Estado. Se desdijo — "era una cantidad simbólica" —, pero el aborrecimiento había cobrado vida propia.

Liberada en julio de 2008 tras seis años de cautividad, esta mujer resolutiva y valiente transitó en cuestión de días del cielo al infierno: de la apoteosis de París, Nueva York, Madrid y Roma al olvido y la malquerencia en Colombia.

El secuestro más mediático de la historia hirió de muerte su matrimonio. Lejos de abrazar a su marido con la pasión supuestamente acumulada durante seis años de ausencia, el día del reencuentro le saludó glacialmente, como si se hubieran despedido un día antes. Apenas esbozó una sonrisa cuando Juan Carlos Lecompte, perplejo, se atrevió a darle un beso en la mejilla, que ella no devolvió. Siempre abrazada a su madre, soltó un brazo para acariciar superficialmente el mentón de su esposo y decirle sin alegría ni emoción: "¿Qué hay de nuevo, Juaqui?". Después le palmeó la mejilla con flojera y no 28 hubo más. Aquella noche fue de separación de almas y cuerpos. Dos años después se divorciaron. De poco le sirvió la creación de una fundación sobre derechos humanos, y conmovió lo justo el testimonio de su calvario, recogido en el libro N*o Hay Silencio que no Termine*. No impresionó en su país tanto como en Europa o Estados Unidos, porque cientos de compatriotas secuestrados habían divulgado antes sus propias torturas y porque el horror se turnó con el espanto en la Colombia de los últimos cuatro decenios.

La temeridad le costó cara, pero pocos podrán negarle coraje en la denuncia de la corrupción y cobardía entre los políticos colombianos. Ingrid aún se duele del castigo, le cuesta sobrellevar las distorsiones o mentiras sobre su secuestro, la bilis vertida en Colombia cuando pidió los cinco millones, y la inquina de quienes redujeron su trayectoria política al capricho de una niñata afrancesada y consentida.

Internet: <www.elpais.com> (adaptado).

Juzgue los próximos ítems de acuerdo con las ideas del texto.

54. El señor Lecompte besó, el día del reencuentro, a su esposa em el rostro.

55. La exsenadora, libertada en 2008, vendió cinco millones de ejemplares de su obra publicada, cantidad que ella misma denominó simbólica.

56. El hecho de Ingrid Betancourt no ser la única colombiana a padecer el calvario de ser secuestrada por miembros de las FARC fue uno de los motivos por lo que su relato no haya causado tanta conmoción en su país.

57. A Ingrid Betancourt no le duele en absoluto la aversión de sus detractores que la acusan, entre otras cosas, de cierta petulancia y altivez.

58. En la "Colombia de los últimos cuatro decenios" (l. 40-41) a nadie le importan los secuestros y torturas.

59. La línea argumentativa del texto está basada en una acérrima crítica a lo que califica como "torpeza de reclamar al Estado colombiano más de cinco millones de euros" (l. 3-5).

60. El desmoronamiento de la vida pública de Betancourt se produjo tras solicitar una indemnización al Estado colombiano.

61. Los estudios que Betancourt ha decidido realizar en Oxford son básicamente fruto del tedio que ella ha sentido en los últimos años.

Considerando los aspectos semánticos y gramaticales del texto, juzgue los ítems subsiguientes.

62. El sentido del texto sería preservado si le cambiáramos el trecho "La temeridad le costó cara" (l. 42) por El atrevimiento le costó caro.

63. En el trecho "se atrevió a darle un beso" (l. 26), el término "le" se refiere al nombre "Juan Carlos Lecompte" (l. 25-26).

64. En el texto, el vocablo "esbozó" (l. 25) es sinónimo de sugirió.

65. El sentido del texto quedaría modificado si le cambiáramos la expresión "la inquina" (l. 48) por la acusación.

66. El vocablo "sablazo" (l. 11) puede sustituirse sin perder su significado semántico en el texto por apoyo.

PROCESSO LEGISLATIVO

Acerca da organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue o item a seguir.

67. A União, dentro do seu juízo discricionário, pode delegar, por meio de lei específica, assuntos de sua competência legislativa privativa a determinado estado da Federação, sem necessidade de estender essa delegação a todos os estados.

Com relação à classificação das constituições, aos direitos e garantias fundamentais e à organização político-administrativa, julgue o item a seguir.

68. Se determinado estado da Federação editar lei que disponha sobre direito penitenciário, ela será inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre esse tema.

Acerca das competências da União, julgue o item a seguir.

69. Compete privativamente à União legislar sobre transporte, energia, propaganda comercial e registros públicos.

Julgue o item seguinte, relativo à organização do Estado federal brasileiro.

70. A existência de lei municipal que legisle sobre trânsito e que imponha sanção mais gravosa que a prevista no Código de Trânsito Brasileiro é incompatível com a Constituição Federal de 1988 (CF).

A respeito do processo legislativo e da competência legislativa da União e dos estados, julgue o próximo item.

71. Serão constitucionais leis estaduais que disponham sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico, matérias que se inserem no âmbito da competência concorrente da União, dos estados e do DF.

Julgue o item que se segue, referente a áreas de preservação permanente, unidades de conservação e crimes ambientais.

72. Compete privativamente à União legislar sobre florestas, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais.

Acerca da organização político-administrativa do Estado, julgue o item subsequente.

73. Lei estadual que disciplinar a prática de atividades nucleares específicas no respectivo estado da Federação deverá ser considerada constitucional, desde que esse estado tenha sido autorizado, por lei complementar da União, a legislar sobre a matéria.

Julgue o item que se segue, relativo a direito constitucional.

74. É de competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios a responsabilização por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Considerando a disciplina constitucional relativa aos TCs, julgue o item subsecutivo.

75. As decisões dos TCs não são imunes à revisão judicial, mas, quando imputarem débito ou multa, constituirão título executivo extrajudicial.

A respeito do Poder Legislativo, julgue o próximo item.

76. Aos suplentes de senadores e deputados federais são garantidas as mesmas prerrogativas dos titulares, ainda que aqueles não estejam em exercício.

A respeito do Poder Legislativo, julgue os próximos itens.

77. O processo penal impetrado contra deputado federal será julgado no STF, enquanto durar seu mandato, ainda que o crime tenha sido cometido antes da eleição.

Considerando as disposições constitucionais acerca da administração pública e de seus servidores, julgue o item a seguir.

78. Como regra, compete ao Congresso Nacional dispor sobre a criação, transformação ou extinção de cargos, empregos ou funções públicas, mesmo que a iniciativa para sua proposição seja do Poder Judiciário ou do chefe do Poder Executivo.

Com relação ao Poder Legislativo, julgue os itens subsequentes.

79. Uma CPI poderá ser instalada mediante requerimento de um terço dos membros da Câmara dos Deputados, não se exigindo que o requerimento seja submetido a deliberação plenária da Casa.

80. Inserem-se nas competências do TCU a fiscalização das contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital a União participe, nos termos do tratado constitutivo, e a fiscalização de aplicação de quaisquer recursos repassados pela União a estado, ao DF ou a município.

81. Na CF, é expressamente estabelecido que cada legislatura tenha a duração de quatro anos.

No que diz respeito aos poderes do Estado e às funções essenciais da justiça, julgue o próximo item.

82. Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas apresentadas anualmente pelo chefe do Poder Executivo federal.

No que tange ao estatuto constitucional do Poder Legislativo, julgue o item seguinte.

83. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos estados e do DF, eleitos segundo o princípio majoritário.

No que diz respeito aos poderes do Estado e às funções essenciais da justiça, julgue os próximos itens.

84. A acumulação das funções de chefe de Estado e de chefe de governo pelo presidente da República é uma das características do sistema presidencialista de governo adotado pela República Federativa do Brasil.

85. Compete ao presidente da República a concessão de indulto, bem como a comutação de penas e o exercício do comando supremo das Forças Armadas.

Julgue o item seguinte, com base na CF e no entendimento do STF.

86. Nas hipóteses de impedimento do presidente e do vice- presidente da República ou em caso de vacância desses cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o presidente da Câmara dos Deputados, o presidente do Senado Federal e o presidente do STF. No caso de vacância do cargo de presidente da República, apenas o vice-presidente da República poderá suceder o presidente de forma definitiva.

Considerando as disposições constitucionais a respeito do Poder Executivo, julgue os itens seguintes.

87. A perda de mandato do presidente e do vice-presidente da República somente ocorrerá nas hipóteses de cassação, em virtude de decisão do Senado, por crime de responsabilidade, ou de declaração de vacância feita pelo Congresso Nacional.

Julgue o item a seguir, relativos aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

88. O presidente da República acumula as funções de chefe de Estado e de chefe de governo, e suas atribuições constitucionais são indelegáveis.

No que se refere à administração pública, aos deputados e senadores, às atribuições do presidente da República e às funções essenciais à Justiça, julgue o item seguinte.

89. Com o objetivo de organizar a administração federal, o presidente da República pode, mediante decreto, extinguir cargo público, quando vago, bem como órgão público.

Com base na CF, julgue o próximo item, referente à organização dos poderes na República Federativa do Brasil.

90. Em caso de vacância dos cargos de presidente e vice-presidente da República, nos três primeiros anos do mandato, deve-se convocar eleição popular direta, a ser realizada noventa dias depois de aberta a última vaga, assegurando-se aos eleitos um mandato de quatro anos, permitida a reeleição para um único período subsequente.

A respeito das atribuições do presidente da República, julgue o item que se segue.

91. O presidente da República dispõe de competência para editar decretos e regulamentos visando à adequada execução das leis, podendo o Congresso Nacional determinar a sustação desses atos normativos no caso de o Poder Executivo, no exercício dessa competência, exorbitar do poder regulamentar.

REGIMENTO INTERNO

Com base no que dispõe o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI/CD) acerca das comissões, julgue os itens a seguir.

92. A promoção da responsabilidade civil ou criminal por infrações constantes das conclusões dos trabalhos de CPI compete ao Ministério Público ou à Advocacia-Geral da União, e não à própria comissão.

93. São permanentes as comissões de caráter técnico-legislativo, integrantes da estrutura institucional da Câmara, e são temporárias as comissões externas.

No que se refere à posse dos deputados, à ouvidoria parlamentar, às comissões parlamentares e às sessões da Câmara, julgue os itens a seguir com base no disposto no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI/CD).

94. É vedada à Câmara dos Deputados a realização de sessão secreta.

95. Sistema estatístico, cartográfico e demográfico nacional inclui-se entre os campos temáticos da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

96. O candidato diplomado deputado federal deve apresentar, pessoalmente ou por intermédio de seu partido, à Mesa Diretora, até o dia 31 de janeiro do ano de instalação da legislatura para a qual foi eleito, o diploma expedido pela justiça eleitoral, juntamente com a comunicação de seu nome parlamentar, legenda partidária e unidade da Federação que representa.

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, responsável pela direção dos trabalhos legislativos e pelos serviços administrativos da Casa, compõe-se de Presidência — presidente, 1º e 2º vice-presidentes — e de Secretaria — 1º, 2º, 3º e 4º secretários e 1º, 2º, 3º e 4º suplentes —, devendo cada um desses cargos ser ocupado por um deputado diferente, ou seja, um mesmo deputado não pode ocupar mais de um desses cargos. Supondo que, por ocasião da composição da Mesa Diretora, qualquer um dos 513 deputados possa assumir qualquer um dos cargos na Mesa, julgue os itens a seguir.

97. O número correspondente à quantidade de maneiras diferentes de se compor a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados pode ser expresso por 513!/502!.

98. Sabendo-se que, entre os 513 deputados, 45 são do sexo feminino, então o número correspondente à quantidade de maneiras distintas de se compor a Mesa Diretora de forma que pelo menos um dos 11 cargos seja ocupado por deputada pode ser expresso por 45!/34!.

99. Existem menos de 125.000.000 de maneiras diferentes de se escolher a Presidência da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

O projeto de criação da Agência Nacional de Aviação Civil seguiu para o Senado Federal, tendo em vista que o recurso apresentado para sua apreciação pelo Plenário foi arquivado pela Mesa Diretora. Dos 106 deputados que haviam assinado o recurso, 64 retiraram suas assinaturas do documento.

Amplamente debatido na Comissão Especial, o projeto recebeu várias emendas. O relator foi favorável a várias delas, tendo concluído seu parecer por um substitutivo, que foi aprovado pela Comissão.

Jornal da Câmara dos Deputados.

Com relação ao projeto mencionado no texto, julgue os itens abaixo.

100. A análise do mérito do projeto está vinculada à competência de mais de três comissões permanentes.

101. Quando da leitura da proposição, o presidente da Câmara dos Deputados deve ter anunciado que o projeto de decreto legislativo em questão seria apreciado conclusivamente pela Comissão Especial.

102. Suponha que, antes de a Comissão Especial se pronunciar, a matéria foi despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo esta se pronunciado pela constitucionalidade e juridicidade do projeto. Nessa situação, este seria, de fato, o procedimento correto.

103. Para o recurso apresentado, assinaturas de líderes partidários ou de bloco parlamentar não representam as dos liderados.

104. Encaminhar o projeto ao Senado Federal foi uma atitude correta da Comissão Especial.

105. É correto afirmar que o projeto foi substancial ou formalmente alterado em seu conjunto.

106. Obrigatoriamente, metade dos membros da Comissão Especial é composta de membros, titulares ou suplentes, daquelas comissões permanentes que deveriam emitir parecer a respeito do projeto.

Boa sorte!

GABARITO

LÍNGUA PORTUGUESA

1.	E	15.	C	29.	E
2.	C	16.	C	30.	E
3.	E	17.	E	31.	C
4.	C	18.	E	32.	C
5.	E	19.	E	33.	E
6.	C	20.	E	34.	E
7.	E	21.	C	35.	C
8.	E	22.	C	36.	C
9.	C	23.	E	37.	E
10.	E	24.	E	38.	C
11.	E	25.	C	39.	C
12.	C	26.	C	40.	E
13.	C	27.	E		
14.	C	28.	C		

LÍNGUA INGLESA E ESPANHOLA

41.	E	50.	C	59.	E
42.	E	51.	C	60.	C
43.	C	52.	E	61.	E
44.	C	53.	C	62.	C
45.	E	54.	C	63.	E
46.	E	55.	E	64.	C
47.	C	56.	C	65.	C
48.	E	57.	E	66.	E
49.	E	58.	E		

PROCESSO LEGISLATIVO

67.	E	93.	C
68.	E	94.	E
69.	C	95.	C
70.	C	96.	C
71.	C	97.	C
72.	E	98.	E
73.	C	99.	E
74.	E	100.	C
75.	C	101.	E
76.	E	102.	E
77.	C	103.	C
78.	C	104.	E
79.	C	105.	C
80.	E	106.	E
81.	C		
82.	E		
83.	E		
84.	C		
85.	C		
86.	C		
87.	E		
88.	E		
89.	E		
90.	E		
91.	C		
92.	C		